

# Emenda tenta agradar a Sarney

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Uma nova modalidade de regime parlamentarista, que não tira os poderes do presidente da República, foi apresentada ontem ao presidente José Sarney pelo deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), como contraproposta à tese do Executivo de incluir na nova Constituição um regime presidencialista com todas as prerrogativas devolvidas ao Congresso Nacional, até para demitir ministros civis.

Segundo Ferreira Lima, a nova proposta daria ao presidente poderes para governar como um árbitro, conferindo estabilidade à democracia. "O presidente da república", explicou o deputado, que hoje irá apresentar emenda nesse sentido na Comissão de Sistematização, "será um homem com poderes amplos, acima das instituições, capaz de constituir e desconstituir governos."

Para a surpresa do deputado, o presidente Sarney não contestou a proposta. Ao contrário, pediu-lhe para transmitir aos parlamentaristas que sua preocupação maior está no ordenamento institucional do País,

seja qual for o regime de governo em vigor.

"Sarney quer restabelecer plenamente o regime democrático", afirmou Egidio Ferreira Lima, assegurando que "não há idéia fixa" no Palácio do Planalto, sobre o regime presidencialista. Na sua opinião, é tarde para reverter o parlamentarismo da Constituição. As duas correntes devem caminhar para um entendimento.

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), do Centro Democrático, que participou da conversa com o presidente José Sarney, acha que as partes estão chegando ao esperado "consenso." Sem essa negociação, disse, a Constituição não refletirá os interesses da maioria e sim de grupos. Ele permaneceu no gabinete do presidente como assistente neutro da conversa mantida com Ferreira Lima. Ao lado do ministro da Casa Civil, Ronald Costa Couto, e dos líderes Luiz Henrique (PMDB) e José Lourenço (PFL), Machado está procurando interlocutores para conciliar as emendas presidencialista (de iniciativa do Executivo) e parlamentarista. "Creio que há clima", disse ele à saída do gabinete. "Isto é muito animador."



# Lideranças procuram a saída

FLAMARION MOSSRI

O sistema presidencialista misto — ou parlamentarista mitigado — poderá ser adotado um ano antes da posse prevista do sucessor do presidente Sarney. De 15 de março de 1989 a 15 de março de 1990 seria o tempo necessário para ajustar as linhas do novo sistema de governo. Esta é uma das principais fórmulas em exame, dentro e fora do Congresso, pelas lideranças de vários partidos, com o objetivo de preservar a autoridade do presidente Sarney, garantir as eleições diretas no sistema misto e assegurar as eleições presidenciais a 15 de novembro de 1989.

O tema foi muito debatido, antontem à noite, durante reunião-jantar na residência oficial do presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ontem, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), comentou que nenhum grupo — parlamentarista ou presidencialista — tem condições de impor sua vontade na Assembleia Constituinte. Daí a necessidade de promover entendimentos na busca do sistema mais adequado ao quadro político-institucional brasileiro.

Lembrou o líder peemedebista que, no parlamentarismo, à exceção de Portugal, França e Austrália, o presidente é eleito pela via indireta, "o que no Brasil seria um atentado, um desastre, capaz de levantar a sociedade".

Relator presente

Participaram do encontro promovido por Ulysses Guimarães os líderes

Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, os deputados Ibsen Pinheiro, Manoel Moreira, Heráclito Fortes, José Serra, Cid Carvalho e o senador José Richa. O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, participou de boa parte da reunião.

A exemplo do presidente do PMDB, os demais parlamentares concordaram que o parlamentarismo puro (ou o presidencialismo "monárquico") não tem condições de ser aprovado pela Assembleia Constituinte. Luiz Henrique, com a concordância dos outros peemedebistas, afirmou que a sociedade não aceitaria um presidente "eunuco", eleito pela maioria absoluta do eleitorado (cerca de 30 milhões de votos) mas sem poderes para governar.

Uma das propostas em exame, de autoria do advogado paulista Miguel Reale Junior, assessor especial do presidente da Constituinte e suplente de deputado federal do PMDB de São Paulo, com a colaboração do ministro Raphael de Almeida Magalhães (dos mais ligados a Ulysses Guimarães), defende o presidencialismo misto. O presidente da República manteria praticamente todas as suas atribuições, dividindo a coordenação administrativa com o primeiro-ministro.

O primeiro-ministro, recrutado entre membros do Congresso Nacional, teria de ser aprovado pelo Parlamento.

Na segunda recusa, o presidente faria livremente a escolha, ouvindo os partidos que formam a maioria parlamentar. Seis meses após a implantação do governo, poderia ser votada moção de

censura ao primeiro-ministro, com os votos da maioria absoluta do Congresso (deputados e senadores).

Conselho da República

Além do Conselho de Ministros, presidido pelo presidente da República, haveria o Conselho da República, integrado pelo presidente da República e pelos presidentes e líderes dos partidos que formam a maioria no Congresso. A duração do mandato de Sarney seria de cinco anos, com eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1989. O presidencialismo misto (ou parlamentarismo mitigado) seria adotado a partir de 15 de março de 1989, no último ano do mandato de Sarney. Com a posse do novo presidente em 15 de março de 1990, o novo sistema seria implantado integralmente. Esta sugestão foi apresentada pelo líder Luiz Henrique.

O senador José Richa propôs a adoção gradual do novo sistema. Houve, também, proposta para se preservar integralmente as atuais atribuições de Sarney até o final do seu mandato.

A proposta de Miguel Reale Junior e Raphael de Almeida Magalhães foi entregue ontem ao líder Luiz Henrique, que a examinou à tarde, durante o voo Brasília-São Paulo. O líder do PMDB na Câmara viajou com o deputado Manoel Moreira, para discutir o sistema de governo com o governador Orestes Quercia e com o vice-governador Almino Afonso, no Palácio dos Bandeirantes.

(Brasília/Agência Estado)

# Planalto teme transferência de recursos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Durante jantar que ofereceu antontem à noite, à direção do PFL, no Palácio Alvorada, o presidente José Sarney manifestou preocupação com os rumos que a Assembleia Nacional Constituinte está tomando no que diz respeito à implantação do regime parlamentarista de governo, à nova distribuição de rendas públicas e à tributação da mineração no País. Ele prometeu, ainda, determinar aos ministros filiados ao PMDB a adoção de posição favorável à Aliança Democrática, até a promulgação da nova Constituição.

Durante o encontro, a que estiveram presentes todos os ministros de Estado e líderes do PFL, o presidente manifestou, mais uma vez, inquietação com a possível implantação do parlamentarismo. Ele o considera regime adequado apenas a países de elevado nível de educação política, que dispõem de partidos fortes e burocracia competente e estável e que, há tempos, adotem o voto distrital e o bipartidarismo. Ele citou o exemplo da França, onde o gabinete do primeiro-ministro Jacques Chirac se mantém firme, apesar de ter apenas um voto que lhe garante a maioria. No Brasil não é assim, segundo Sarney, e a prova é que o governo enfrenta dificuldades na Constituição, apesar de o PMDB, principal partido de apoio, contar com 304 representantes.

O presidente receia o aumento das despesas da União sem a contrapartida de transferência de encargos para estados e municípios: "Prevê-se uma diminuição de ingressos da União de 26% e aumento de despesas de 50%. Com isto, ou se inviabiliza o País, ou se concentra o poder, ao contrário do que alguns supõem. Porque quem detém a chave do governo é que fica forte quando se autorizam mais despesas que receita".

Sarney também mostrou-se preocupado com as repercussões, no comércio externo, da limitação do tempo de exploração de jazidas minerais e com a tributação do minério a ser exportado.

Durante reunião, o mais exaltado dos participantes foi o líder do PFL na Assembleia Nacional Constituinte, José Lourenço. Ele foi tão longe nos ataques aos que defendem a implantação do parlamentarismo "por voracidade de poder", que incomodou o senador, Carlos Chiarelli. Este, lembrando sua condição de parlamentarista histórico, se propôs a colocar o cargo à disposição do partido, o que levou o deputado baiano a esclarecer que suas críticas se endereçavam apenas aos peemedebistas. Lourenço foi cáustico nos ataques aos ministros do PMDB, em especial, ao da Previdência Social, Rafael de Almeida Magalhães.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, ex-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, desfiou mais uma vez queixas de seu partido contra os ministros do PMDB:

"Os ministros do PFL são aliancistas (da Aliança Democrática). Os do PMDB são apenas peemedebistas. Não fazem o jogo do presidente e hostilizam o PFL".

# Até Cardoso reprova a imissão de posse

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, ambos do PMDB de São Paulo, não apóiam integralmente a proposta de reforma agrária incluída no substitutivo do relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização da Constituinte. Durante reunião informal na residência do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, antontem à noite, os dois parlamentares paulistas comentaram que a fórmula da imissão de posse imediata prevista no substitutivo "é uma violência".

Por sua vez, o presidente da UDR, Ronald Caiado, já estava convencido, ontem, de que a proposta de reforma agrária constante do substitutivo do relator Bernardo Cabral não prevalecerá na Comissão de Sistematização; e que o princípio da imissão de posse para as terras desapropriadas deverá permanecer, mas com a possibilidade de os proprietários se defender na Justiça.

Caiado manteve novos contatos com lideranças políticas, como os se-

nadores Virgílio Távora, Marco Maciel e José Inácio, antes de ser recebido em audiência pelo ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire.

Existe quase consenso sobre a incoerência e o autoritarismo da imissão de posse como aparece no substitutivo, comentou Caiado, observando que o chamado grupo moderado tem ampla maioria na Comissão de Sistematização para derrubar a "tese dos esquerdistas".

O presidente da UDR informou que várias alternativas ao projeto de Cabral, no que se refere à reforma agrária, estavam sendo estudadas, ontem.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) reiterou que a imissão de posse corresponde a um verdadeiro confisco de terras e que as esquerdas não estão interessadas em fazer a reforma agrária, mas simplesmente em tomar as terras dos proprietários rurais.

Cardoso Alves rejeitou a tese da desapropriação parcial das terras, como teria ocorrido no Chile durante o governo de Salvador Allende, frisando que "em terra que produz ninguém mete a mão".

# Exército diz que civis dão apoio a Leônidas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, vem recebendo muitas manifestações de apoio e solidariedade pelo discurso pronunciado quinta-feira, na reunião ministerial do Palácio do Planalto, em que atacou violentamente a esquerda radical atuante na Constituinte.

A informação foi dada ontem pelo Centro de Comunicação Social do Exército, que adiantou ainda serem essas manifestações apenas do meio civil (empresarial e outros), em "centenas" de telex, telegramas e telefonemas já chegados ao gabinete do ministro.

Na área militar não há, até o momento, nenhuma possibilidade de crise militar decorrente das palavras duras do ministro aos constituintes.

"Não há crise militar, longe disso", atestou um general, para quem existe muito prazo para que os ministros militares e seus assessores trabalhem pela retomada do papel constitucional das Forças Armadas vigente na Constituição de 1967, mudado no substitutivo de Bernardo Cabral.

Na verdade, até o dia 20, quando será apresentado o texto final com as emendas acolhidas, quase 20 assessores parlamentares do Exército, Marinha, Aeronáutica e EMFA, além dos próprios titulares das pastas, estarão empenhados em assegurar a

missão das Forças Armadas voltadas para a garantia da lei e da ordem e subordinadas tão-somente ao presidente da República, jamais ao Legislativo, Executivo e Judiciário como pretendem os constituintes, especialmente o senador Afonso Arinos.

Como não existem outros pontos cruciais a serem debatidos pelos militares — restando apenas a questão da anistia aos cassados de 64 e pagamento aos ex-combatentes de 45 — as três Forças centrarão fogo na tentativa de modificação do artigo 192 do texto atual. No próximo dia 9, quarta-feira, a Aeronáutica estará levando à Escola de Comando e Estado-Maior, no Rio, uma turma de parlamentares constituintes, entre os quais Carlos Chiarelli (PFL), Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Plínio Arruda Sampaio (PT).

Na área militar, considera-se grande a especulação em torno da fala do ministro, na quinta-feira, e assessores ministeriais continuam afirmando que, em momento algum, foi intenção do general Leônidas Pires Gonçalves atacar a figura do relator da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral.

O ministro, que ontem fez palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio, sobre modernização do Exército, viaja hoje pela manhã para Piquete (SP), onde participa, com o presidente Sarney, da inauguração de uma fábrica de nitrocelulose.

# Plebiscito, só se for para a Carta toda

O presidente José Sarney só concorda com a realização de plebiscito, como propõem os governadores, se for para o texto integral da futura Constituição. Ao dar a informação, ontem, o porta-voz da Presidência da República, Antonio Frota Neto, explicou que o governo não estava defendendo o plebiscito, apenas achava que se a idéia for aprovada ele não deve servir apenas para a decisão sobre regime de governo.

Depois de considerar que os governadores devem ter seus motivos para defender a realização do plebiscito, Frota Neto acrescentou uma indagação: "Que tipo de raciocínio conduz à decisão de apenas uma parte da Carta ser submetida à consulta popular?"

# Pedida nova representação para Estados

"Para que todos sejam efetivamente iguais perante a lei e a Constituição, não se pode admitir que o voto de um cidadão tenha mais valor que o de outro, supostamente igual." Baseado neste argumento, o deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP) apresentou emenda no plenário da Constituinte estabelecendo a proporcionalidade entre a população dos Estados e o número de seus representantes na Câmara. A iniciativa, do advogado e economista Geraldo Forbes, colaborador de O Estado de S. Paulo, considera inadmissível que um Estado como São Paulo, com o maior colégio eleitoral do País, fique limitado a eleger o mesmo número de deputados que os outros, com população mais reduzida.

# Monarquia, remédio contra golpes

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Um estudante gaúcho de 18 anos de idade, Fernando Bolzoni, subiu ontem à tribuna, durante reunião da Comissão de Sistematização, para dizer que o regime monárquico associado ao sistema parlamentarista seria ideal para o País. O estudante de Direito defendeu a emenda popular que estabelece um plebiscito para 15 de novembro de 1993, dia em que o povo escolheria entre o presidencialismo, o parlamentarismo e a monarquia parlamentarista. Na opinião de Bolzoni, a monarquia é melhor que o sistema republicano, e o parlamentarismo, melhor que o presidencialismo.

Com a realização do plebiscito — vontade dos 44.632 eleitores que subscreveram a emenda —, destacou o estudante gaúcho, a República estaria resgatando o compromisso que assumiu com a Nação, na data de sua proclamação, e mais tarde "fingiu esquecer".

"República — disse o orador — não é sinônimo de democracia, muito menos no Brasil. E o presidencialismo é sinônimo de crise, pois foi só o que esse sistema nos deu. Chegamos ao cúmulo de ter na crise não a exceção, mas a regra. Nestes 96 anos de presidencialismo, podemos contar 54 crises, golpes, ditaduras, estado de sítio, revoltas militares, cassações, tortura, exílio e guerras."

A monarquia parlamentarista, segundo o jovem estudante, "não é uma proposta anacrônica, mas uma alternativa capaz de nos trazer estabilidade política com democracia".



Alencar Monteiro

Molzoni propõe monarquia, mas com parlamentarismo

# Newton vende um peixe 'que não pode entregar'

BELO HORIZONTE  
AGÊNCIA ESTADO

Nos próximos dias o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, deverá comunicar ao presidente José Sarney a impossibilidade de cumprir a promessa feita há três meses, quando assegurou que o PMDB mineiro votaria na Constituinte a favor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para o atual presidente. Na noite de segunda-feira, Cardoso quis reunir num jantar no Palácio da Liberdade os 37 constituintes mineiros do PMDB, mas lá compareceram apenas 20 deputados federais, que se mostraram divididos entre o presidencialismo defendido pelo governador e o parlamentarismo.

"O governador acredita que botando comida na boca dos constituintes mineiros conseguirá resgatar sua dívida, mas a reunião de ontem (antontem) mostrou que ele está muito enganado", afirmou o deputado Luís Otávio Ziza Valadares (PMDB-MG), que não aceitou o con-

vite para o jantar. Ele assegurou que o governador "sempre defendeu teses diferentes das que a bancada apóia", e, por isso, "Newton Cardoso vendeu ao presidente Sarney um peixe que não pode entregar".

Para Ziza Valadares, nem os suplentes de deputado, "aqueles que devem o mandato ao governador", foram sensibilizados pela tese de Newton Cardoso em favor do mandato de cinco anos para Sarney e do sistema parlamentarista de governo. Segundo o deputado, "Cardoso vai a Brasília em busca de verbas e, para conseguí-las, usa de mentiras ou fala em nome de seus desafetos sem consultá-los previamente, transmitindo ao presidente da República uma imagem falsa da bancada do PMDB mineiro na Constituinte".

O tesoureiro do PMDB de Minas, ex-deputado Antônio de Faria, disse que o governador "tem um estilo autoritário, imperial, quer ser dono de Minas e por isso não consegue ser líder".

# Maciel condena debate 'emocional' da emenda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, afirmou ontem que o debate sobre o sistema de governo a ser adotado na futura Constituição deve perder "o tom emocional e conjuntural" que vem apresentando até agora. Ele não poupa dessa crítica nem o presidente da República, admitindo que Sarney também estaria contribuindo para essa "emocionalidade" quando colocou em discussão o seu mandato. E frisou: "Nós, os constituintes, não podemos incorrer no mesmo erro, aceitando esse tipo de clima".

Marco Maciel fez essas declarações na ante-sala do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem foi pedir a prorrogação do prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que se encerra oficialmente hoje, à meia-noite. Ele justificou o pedido de uma nova data-limite, dizendo que o texto do relator da Co-

missão de Sistematização contém matérias novas que ainda não foram objeto de debate entre os constituintes. Maciel alegou, ainda, que dificilmente os diversos grupos que estão negociando emendas consensuais chegarão a um entendimento nas próximas horas, devido à complexidade dos temas e aos pontos de vista divergentes e até conflitantes.

Esse adiamento, segundo o presidente do PFL, não prejudicará o calendário geral da Constituinte, uma vez que o prazo perdido agora seria recuperado nas votações em plenário. "Se conseguirmos o entendimento nesta fase de apresentação de emendas, vamos ganhar tempo na discussão e votação em plenário", afirmou.

Ulysses Guimarães, que recebeu pedido idêntico do líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, deverá anunciar hoje o adiamento do prazo de apresentação de emendas para, no mínimo, até a próxima terça-feira, segundo informaram os seus assessores.

# AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E ANUNCIANTES EM GERAL

INDEPENDÊNCIA

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO	Dia 04 - Sexta-Feira COMUNICAMOS O FECHAMENTO PUBLICITÁRIO PARA AS EDIÇÕES DE:	
	VEÍCULOS O ESTADO DE S. PAULO JORNAL DA TARDE CADERNO 2	EDIÇÕES DIAS: 05 (*) 06 (*) e 08 DIAS: 05 (*) 07 (*) e 08 DIAS: 08 (*) e 09
EXPEDIENTE	NOTAS: —AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO (*) Horários estabelecidos na tabela de preços. Demais edições até às 20:00 horas de sexta-feira	
	—ENTREGA DE MATERIAL PARA PUBLICAÇÃO (*) Horários estabelecidos na tabela de preços. Demais edições até às 03:00 horas de sábado	
<b>RECEPÇÃO DE AGÊNCIAS - CENTRO</b>		
Rua Consolação, 247 - Lojas 4 e 5 Tels.: 256-5026 e 257-4661 - APP 210		
Dia 04 - Sexta-Feira Dia 07 - Segunda-Feira		
Das 09:00 às 20:00 horas Não haverá expediente		
<b>PLANTÃO DE ATENDIMENTO - AGÊNCIAS</b>		
Av. Prof. Celestino Bourroul, 100 - 4º andar (Bairro do Limão) Tels.: 856-2532 - APP 214		
Dia 06 - Sábado Dia 07 - Segunda-Feira - A partir das 14:00 horas		